

SANEAMENTO AMBIENTAL NA RIDE DF E A CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE TENSÃO

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho¹
Carlos Frederico de Oliveira²
Luana M. Weyl²
Tiago Fernandes Rufo²

Resumo

O presente trabalho aborda a questão do saneamento ambiental nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e a sua configuração espacial. O processo de ocupação territorial dessa região funda-se na implantação da cidade de Brasília que encontra-se sob processo de metropolização. Tal situação é agravada pela forte atração populacional exercida pela oferta de empregos fez com que surgissem cidades dormitórias ao redor de Brasília. Mesmo que o desenvolvimento econômico se deva em grande parte a essa população, a mesma não é beneficiada pela elevada concentração de renda e índices excelentes de infra-estrutura urbana que não chegam a suas cidades. A pesquisa analisa a questão do saneamento básico enquanto serviço inserido na noção de direito a cidade. A pesquisa resulta na identificação de territórios de tensão em nove municípios caracterizados por forte processo de degradação ambiental, pobreza urbana, violência entre outros problemas.

Palavras chave: Saneamento; Direito a Cidade; Territórios de Tensão.

¹ Geógrafo, Universidade de Brasília – Brasil. E-mail: flasobrinho@uol.com.br

² Estudante de Geografia, Universidade de Brasília - Brasil

Introdução

A Região de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE DF foi criada em 1998 com o intuito de melhorar as relações interestaduais e amenizar as desigualdades econômicas e estruturais nos municípios integrantes da microrregião do Entorno do Distrito Federal. Ao todo, fazem parte da RIDE 21 municípios, 2 estados (Goiás e Minas Gerais) e o Distrito Federal. Segundo o IBGE esta região possui uma área de 57.169 km² com uma população de mais ou menos 3.732.063 habitantes (censo 2011). Os municípios que compõe a RIDE são: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, e Vila Boa, todos no estado de Goiás. Do estado de Minas Gerais fazem parte Cabeceira Grande, Unai e Buritis. E Brasília, capital da República Federativa do Brasil localizada no Distrito Federal.

Neste trabalho, além do Distrito Federal, vamos analisar as condições do saneamento ambiental e a configuração dos chamados “territórios de tensão”, compreendidos como os municípios situados na fronteira do Distrito Federal com o Entorno goiano. São eles: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. A escolha desse conjunto de oito municípios goianos deu-se em função da sua localização geográfica junto a franja territorial do Distrito Federal e o estado de Goiás e também pelo fato de todos se incluírem na categoria de municípios com população acima de 100 mil habitantes. Além disto, esses municípios adquirem o papel de cidades dormitório do aglomerado urbano de Brasília e apresentam forte caráter metropolitano se conurbando a mancha urbana do Distrito Federal. Seus habitantes possuem uma relação de pertencimento ao Distrito Federal, no entanto os benefícios estruturais da metrópole não são disponibilizados de forma igualitária aos habitantes do Entorno. A formação destas áreas limítrofes ocorreu sem que o Distrito Federal fosse capaz de incorporar as demandas dos moradores dessas municipalidades.

Compreende-se o saneamento ambiental como um conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar salubridade ambiental e qualidade de vida, por meio abastecimento de água potável, coleta e deposição sanitária de resíduos

sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida em áreas urbanas e rurais. Segundo a Lei nº 6.938, de 31/8/1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação no Brasil, define: “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

O conceito de salubridade ambiental é compreendido como o estado de higiene em que vive a população urbana e rural, tanto no que se refere a sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias ou epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como também no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento de condições ambientais favoráveis ao pleno gozo de saúde e bem estar. A importância do saneamento e a sua associação à saúde humana remontam às mais antigas culturas. Entretanto, esse conhecimento não acompanhou a formação da sociedade brasileira de maneira linear. Devido a problemas de comunicação, educação e sensibilização para prevenção de doenças e para melhoria das condições sanitárias ambientais, diversas comunidades padeceram por conta de epidemias ao longo da história.

Na atualidade ainda há falta de divulgação desses conhecimentos e a observação de critérios técnicos e políticos para a implantação de infra-estrutura relacionada ao saneamento ambiental em diversos municípios brasileiros. A população local constrói suas casas, principalmente em áreas rurais e periferias urbanas, sem prever a inclusão de facilidades sanitárias indispensáveis. O problema da ocupação do solo pelo homem e suas conseqüências ambientais e higiênicas não devem ser entendidos como uma questão individual, mas como um problema coletivo.

Na Conferência de Ottawa (1986), o conceito de Promoção de Saúde (OMS) diz que um dos mais importantes fatores determinante da saúde é a condição ambiental. Esse é um dos focos de atuação da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Os maiores problemas enfrentados pela OPAS para a utilização do saneamento como instrumento de promoção de saúde são entraves tecnológicos, políticos e gerenciais. No Brasil as doenças resultantes da falta ou inadequação de saneamento, especialmente em áreas pobres, têm agravado o quadro epidemiológico. Males como cólera, dengue, esquistossomose e leptospirose são exemplos disso.

Atualmente cerca de 90% da população urbana brasileira é atendida com água potável e 60% com redes coletoras de esgotos. O déficit, ainda existente, está localizado basicamente, nos bolsões de pobreza, ou seja, nas favelas, nas periferias das cidades, na zona rural e em pequenas cidades do interior do país. Estudos feitos pelo Ministério das cidades mostram dados referentes ao saneamento ambiental, e alguns números que constata os problemas do saneamento ambiental no Brasil. Segundo o estudo Saneamento Ambiental (2004), nas áreas urbanas do Brasil existem 18 milhões de brasileiros que não tem acesso ao abastecimento de água, 93 milhões não possuem coleta adequada de esgoto e 14 milhões sem coleta de lixo. Além disso, cerca de 70% do esgoto sanitário coletado é jogado “in natura” nos cursos d’água, em 64% dos municípios o lixo domiciliar coletado e depositado em lixões a céu aberto contribuindo assim para a deterioração ambiental e conseqüentemente para os baixos níveis na saúde.

No Brasil, estima-se que, em média, apenas 52,8% da população total seja atendida por rede coletora de esgoto e que 76,1% dos domicílios sejam abastecidos pela rede geral de distribuição de água, ou seja, quase 24% da população não têm acesso à água tratada.

Investir em saneamento é a única forma de se reverter o quadro existente. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde (2010) afirmam que para cada R\$1,00 investido em saneamento, economiza-se R\$4,00 na área de medicina curativa. Há uma premissa básica no processo de ocupação territorial do Distrito Federal, a preservação do núcleo central, denominado como Plano Piloto. Devido o grande contingente populacional atraído para a capital federal pela oferta de empregos, parte considerável desse fluxo demográfico se assentou nas chamadas cidades satélites ,atualmente, denominadas Regiões Administrativas dentro do Distrito Federal. Em paralelo a constituição da capital federal também ocorreu um aumento populacional nas áreas urbanas dos municípios dos estados vizinhos de Goiás e Minas Gerais.

Esse conjunto de municípios passou a ser denominado de Entorno do Distrito Federal e nas décadas recentes tem absorvido parte considerável dos fluxos migratórios destinados à capital federal. O crescimento urbano dessa área se expressa de forma desigual no que diz respeito a qualidade de vida e aos indicadores de saneamento ambiental, o que será discutido a posteriori. Estes municípios possuem forte ligação com a capital nacional, Brasília. Esta ligação se dá através da população de fora do Distrito Federal que vai até Brasília para trabalhar, estudar, consumir, usufruir de

serviços e até mesmo para votar em alguns casos. Além de que essa população depende de Brasília para viver, pode-se dizer que o desenvolvimento de Brasília, em muito, também depende desta população. Entretanto, um grande abismo separa a qualidade de vida do Distrito Federal para com os demais municípios da RIDE e esse abismo fica mais evidente nos municípios que fazem fronteira direta ou quase direta com o Distrito Federal, caracterizando os chamados “territórios de tensão”.

Análise

O saneamento ambiental é um direito incluído na noção de Direito à Cidade. A Carta Mundial de Direito à Cidade surge em 2004 como resposta às desigualdades sociais produzidas no âmbito urbano na dualidade cidade dos ricos *versus* cidade dos pobres. A cidade tem sofrido as conseqüências do rápido crescimento populacional, a apropriação das formas de estruturação do espaço por parte dos detentores dos meios de produção não levou em consideração fatores de salubridade ambiental, preocupando-se somente com a otimização dos lucros.

Atualmente nos países desenvolvidos, o saneamento não aparece mais com o foco de preocupação constante, já que as estruturas e os equipamentos públicos possibilitam ao cidadão níveis altos de saneamento. Por outro lado, ainda há países nos quais o saneamento é um problema presente e comumente relacionado com a desigualdade sócio-espacial. Portanto, a observação e análise das áreas de estudo se mostra importante para uma melhor compreensão das questões a serem estudadas.

Brasília teve a sua implantação e o seu processo de crescimento motivado por outros fatores dissociados ao agronegócio na região Centro-Oeste. A decisão da interiorização da capital federal enquanto estratégia nacional de ocupação do território e geopolítica já aparece referenciada na Inconfidência Mineira (Século XVIII), porém, será apenas a partir do Século XX com a inclusão de dispositivo constitucional que definiu a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior de Goiás e a delimitação do chamado “Quadrilátero Cruls³” é que o projeto de criação da nova capital sairá do plano do discurso para a efetivação de uma política de Estado.

³ O Quadrilátero Cruls corresponde à primeira demarcação do Distrito Federal delimitado pelo engenheiro cartógrafo belga Luís Cruls em 1892. Esta primeira demarcação detinha 14.400 km² e difere da atual configuração territorial que é de 5.789,16 kms. LASSANCE et alli (2003: 24).

A concepção urbanística de Brasília traz em seu bojo um projeto de modernização do Brasil. A visão seria de que Brasília irradiaria o desenvolvimento para a região Centro-Oeste (Teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux⁴) e que assumiria apenas as funções político-administrativas, sendo o processo migratório absorvido pelos núcleos urbanos já existentes ou recém-criados. O Programa Espacial da Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB citado pelo Governo do Distrito Federal (1992(a):01) traduz esta questão da seguinte forma:

A criação de Brasília em 1960, em uma área de vazio demográfico, com a economia de subsistência, isolada e trazendo para um região uma população com elevado grau de consumo, ocasionou grande impacto econômico e social para o Centro-Oeste brasileiro. A convergência de toda uma rede de transporte para Brasília fez que aumentasse consideravelmente o seu poder de atração e de irradiação de benefícios. Isso fez que houvesse e intensificasse um fluxo de migrantes que até hoje vem criando impasses no processo de absorção de mão-de-obra, e impondo por outro lado, pesado ônus social à Brasília. O rápido crescimento da Capital Federal, em desarmonia com a capacidade de respostas da economia da região periférica fez com que aumentassem os desequilíbrios inter-regionais, atribuindo a Brasília funções alheias aquelas de seu caráter de Capital do País. Trata-se pois de uma região cuja economia se deseja fortalecer e uma cidade Brasília cujas funções e tamanho se deseja preservar.

Nas décadas de 60 e 70, apesar das críticas a sua criação Brasília se consolida como capital da república. A visão geopolítica do regime militar impõe a transferência de inúmeros órgãos públicos da antiga capital para Brasília (VESENTINI:1986). Este processo impõe um elevado crescimento demográfico da cidade. A oferta de empregos

⁴ A teoria dos pólos de crescimento foi criado pelo economista francês François Perroux em 1949. Nesta teoria o espaço é visto a partir do prisma econômico através de três ângulos: o espaço econômico (conteúdo de um plano), o espaço como um campo de forças, o espaço econômico como um conjunto homogêneo. Desta concepção teórica resultam três tipos de regiões econômicas: a região plano, a região polarizada e a região homogênea. A região plano é aquela objeto de intervenção governamental. Já a região polarizada é a expressão da interdependência existente entre as várias áreas, mesmo que pertencentes a diversas regiões homogêneas, pois se dá a partir da irradiação da influência comercial. Com região homogênea, entenda-se um espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresenta características idênticas ou semelhantes.

no setor da construção civil, setor que absorve muita mão de obra e com baixa qualificação redireciona os fluxos migratórios de áreas de expulsão como o Nordeste e o interior de Minas Gerais para o Distrito Federal. Segundo dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN e do IBGE (vide tabela 1, em 1960 o Distrito Federal possuía cerca de 140 mil habitantes, porém dez anos depois em 1970 esta população já era de cerca de 537 mil habitantes, perfazendo um crescimento médio de 14,39% ao ano. O fluxo migratório neste período segundo a CODEPLAN era de cerca de 30 mil pessoas ao ano.

Tabela 01: Evolução da População na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Período 1960 a 2000.

Anos	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Área Metropolitana Brasília	208.098	625.916	1.357.19	1.980.43	2.368.11	2.748.08
Distrito Federal	140.164	537.492	1.176.93	1.601.09	1.821.94	2.047,79
Periferia Metropolitana	67.934	88.424	180.263	379.338	546.173	700.292
Águas Lindas de Goiás	(1)	(1)	(2)	(2)	61.478	105.379
Alexânia	8.022	9.390	12.124	16.472	18.623	20.063
Cidade Ocidental	(1)	(1)	(1)	(1)	33.147	40.375
Formosa	21.708	28.874	43.296	62.982	68.704	78.647
Luziânia	27.444	32.807	80.089	207.674	106.695	140.813
Novo Gama	(1)	(1)	(1)	(1)	60.497	74.297
Padre Bernardo	4.637	8.381	15.857	16.500	16.879	21.495
Planaltina de Goiás	6.123	8.972	16.172	40.201	58.576	73.546
Santo Antônio do Descoberto	(1)	(1)	12.725	35.509	46.194	51.717
Valparaíso de Goiás	(1)	(1)	(1)	(1)	75.380	93.960

Fonte: Censos Demográficos, IBGE (1960, 70, 80, 91, 96, 2000) apud MIRAGAYA (2003:111)

(1) fazia parte do território do município de Luziânia (2) fazia parte do território do município de Santo Antônio do Descoberto.

Os municípios do Entorno de Brasília (Formosa, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto) porém não recebiam este fluxo na mesma intensidade sendo praticamente nula a entrada de migrantes nestes municípios. Na década de 70, o ritmo de crescimento demográfico perdeu aceleração, porém, ainda era considerado elevado para 8,15% ao

ano. Em 1980 o Distrito Federal possuía cerca de 1.177 mil habitantes e o dez municípios do Entorno, cerca de 180 mil pessoas

Na década de 80, com a crise e reformulação do Estado brasileiro sediado em Brasília, ocorre uma sensível queda no incremento populacional, sendo esta taxa de 2,84% ao ano, porém, a crise de moradia no Distrito Federal e a falta de alternativas de emprego para a população de menor poder aquisitivo e qualificação leva ao transbordo populacional em direção ao Entorno. No conjunto de sua região metropolitana, Brasília passa a 1,98 milhão de habitantes.

No censo de 2000, o Distrito Federal apresenta cerca de 2,05 milhão de habitantes e no conjunto da sua denominada Região de Influência do Entorno 2,9 milhão de habitantes. Brasília alcança a oitava colocação no ranking metropolitano no país. Em um curto período de quarenta anos, Brasília passa da posição de uma cidade planejada para funções exclusivamente político-administrativas para o nível de aglomeração urbana metropolitana nacional, segundo a classificação do IPEA (2001(b)).

Brasília assume atribuições típicas de um centro metropolitano com uma complexidade de atividades produtivas e com problemas da mesma natureza e dimensão da urbanização brasileira. No caso específico de Brasília, pode-se trabalhar três períodos de expansão da sua mancha urbana, que se justificam por suas próprias características definidoras (IPEA: 2003):

- Primeiro período: 1956-1973 (implantação do Plano Piloto e surgimento das cidades-satélites⁵);
- Segundo período: 1974-1987 (organização do território e surgimento de um vetor de crescimento no sentido sudoeste, fomentando o polinucleamento e a expansão urbana para fora dos limites do Distrito Federal);
- Terceiro período: 1988 – até os dias atuais (consolidação de vetores de crescimento urbano, surgimento de eixos de conurbação e de formas ilegais no uso e ocupação do solo).

⁵ No governo Cristovam Buarque (1995-1998) a nomenclatura cidade-satélite foi abolida e em seu lugar utiliza-se o termo região administrativa. Segundo a visão do ex-governador o termo cidade-satélite tinha uma conotação segregacionista e excludente. Denotando um aspecto de inferioridade a população que morava nestes núcleos urbanos (PDOT 1997).

O primeiro período de expansão urbana (1956-1973) caracteriza como o início do processo de urbanização contemporânea⁶ do Distrito Federal e implantação de áreas urbanas. Este período é marcado pelo regime militar que abandonou o planejamento inicial do Plano Piloto de Lúcio Costa. Os problemas surgidos eram resolvidos de forma imediatista e autoritária, porém, o objetivo básico era criar o fato irreversível: a implantação e consolidação da nova Capital no Planalto Central.

A implantação do projeto de Lúcio Costa seguiu as estratégias políticas já determinadas, no cumprimento da função inicial de Capital do Brasil, e modificou profundamente o território no que diz respeito tanto aos aspectos naturais quanto aos sócio-econômicos. A localização geográfica do Plano Piloto obedeceu às orientações do Relatório Belcher⁷, no que respeita a delimitação, preservação e exploração dos mananciais hídricos e a drenagem pluvial.

Os investimentos públicos eram destinados em sua maioria a construir e embelezar o Plano Piloto, enquanto os *núcleos periféricos* tinham condições precárias de infra-estrutura urbana. A idéia inicial de um Plano Piloto projetado e planejado com os ideais da modernidade, rodeado por um cinturão-verde e cidades-satélites autônomas a serem construídas após a saturação do *centro inicial* demonstrou-se ingênua e utópica, sendo reformulada por uma realidade mais forte e dinâmica (HOLSTON:1993). Ao mesmo tempo em que o *centro* era criado as *periferias* se expandiam.

Nos anos 70, Brasília passa a desempenhar plenamente as suas funções de *centro político-administrativo* do país, vivendo no ritmo da burocracia e do autoritarismo estatal. *Descartou-se qualquer possibilidade de industrialização em seu perímetro, tornando-se uma cidade predominantemente terciária.* PERGEB apud GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (1992(a):01).

Coloca-se aí uma das primeiras questões a serem enfrentadas pelo poder público. Como equacionar uma cidade administrativa, criada para romper com a estrutura de atraso e subdesenvolvimento do país, com um pólo de desenvolvimento econômico? Com capacidade de atrair grandes contingentes de população de regiões deprimidas do

⁶ Vale ressaltar que já existiam núcleos urbanos na área do Distrito Federal e Entorno no período anterior à construção de Brasília. São os chamados núcleos vernaculares urbanos, Luziânia, Planaltina, Brazlândia, Formosa, Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto e Unaí.

⁷ Relatório elaborado pela empresa Donald J. Belcher and Associates Incorporated no período de 1953/1955 e que tinha por objetivo definir o sítio para instalação da nova capital federal. No início de 1995 o trabalho concluído apontava cinco sítios para instalação da nova capital federal. LASSANCE et alli (2003: 47).

ponto de vista econômico, ou seja, a ilha de prosperidade versus o mar de pobreza. Valorizou-se o Plano Piloto como cidade definitiva enquanto que as demais cidades-satélites eram vistas como assentamentos provisórios. As cidades-satélites contrapunham-se ao Plano Piloto pela inferioridade da qualidade urbana. O desequilíbrio caracterizou-se, também, pela concentração de atividades e empregos no centro (Plano Piloto) em detrimento das demais áreas urbanas, que se transformaram em subúrbios-dormitórios.

Esta configuração espacial levou a criação de grandes movimentos pendulares, ou seja, *fluxos periferia-centro e centro-periferia*. Estes *fluxos* tornaram-se possíveis a partir da criação de uma extensa *rede de transportes*. Brasília é caracterizada pelo grande número de automóveis particulares e pelas longas distâncias a serem percorridas diariamente.

Neste primeiro período (1956-1973), o modelo excludente de ocupação territorial se consolidou com a divisão social do espaço e a terra distribuída segundo as classes sociais e seus rendimentos num característico e perverso processo de segregação espacial. O segundo período de expansão urbana (1974-1987), caracterizou-se do ponto de vista da gestão do espaço e ocupação do território, por ser um período de ordenamento do espaço já delineado pela produção de planos estatais.

Demandas urbanas e pressões populares eram solucionadas por planos. A racionalidade do planejamento foi exacerbada. Foi um período marcado pelo planejamento urbano enquanto solução técnica para as questões urbanas. A dinâmica da ocupação caracterizou-se pelo retardamento de decisões e por especulações ordenadoras do território. O conflito latente foi instalado e a saída manifestava-se através de ocupações sem respaldo legal.

Na prática, as ações de expansão e adensamento foram limitadas em resposta às enormes pressões habitacionais do Distrito Federal. São comuns neste período a subocupação de imóveis e lotes urbanos (casas multifamiliares, casas de fundo, prédios de kitnetes, o uso residencial de imóveis comerciais). A ocupação dos loteamentos limítrofes ao Distrito Federal cresceu extraordinariamente, formando uma *extensa e complexa periferia adensada* pelo processo migratório e pela ausência de uma política habitacional no Distrito Federal.

O Distrito Federal possui em seu território mananciais de três importantes bacias hidrográficas brasileiras (Paraná, Tocantins e São Francisco). A preservação dos

recursos hídricos, especialmente os rios Descoberto e São Bartolomeu (Bacia do Paraná), principais fontes de abastecimento de água do Distrito Federal e a preservação da bacia do Lago Paranoá (Bacia do Paraná) foram fatores estruturantes da localização de novos assentamentos, portanto, a implantação de assentamentos deveria ser feita fora destas respectivas bacias hidrográficas.

A estrutura territorial do Distrito Federal nos anos 80 era organizada através de um centro (Plano Piloto) e de suas periferias (cidades-satélites), entre estas áreas existiam enormes espaços vazios e uma incipiente ocupação rural. Cabe ressaltar que a propriedade da maior parte destes vazios urbanos era predominantemente pública. Nos municípios do Entorno próximo, ainda pouco ocupado, esta estrutura territorial nucleada era reproduzida.

Destacando-se o município de Luziânia, onde a transformação de áreas rurais em loteamentos urbanos foi feita de forma rarefeita. Vários destes núcleos transformaram-se posteriormente (anos 90) em municípios autônomos desmembrando-se de Luziânia, podemos citar como exemplo: Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental. Nos anos 80, um dos graves problemas que se apresentavam ao poder público era a formação de favelas. Levantamentos feitos pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan em 1982 constatou a existência de inúmeras invasões de moradores de baixa renda. Esta população girava em torno de 70 mil habitantes e a maior favela de Brasília era a Vila Paranoá, com cerca de 15 mil moradores.⁸

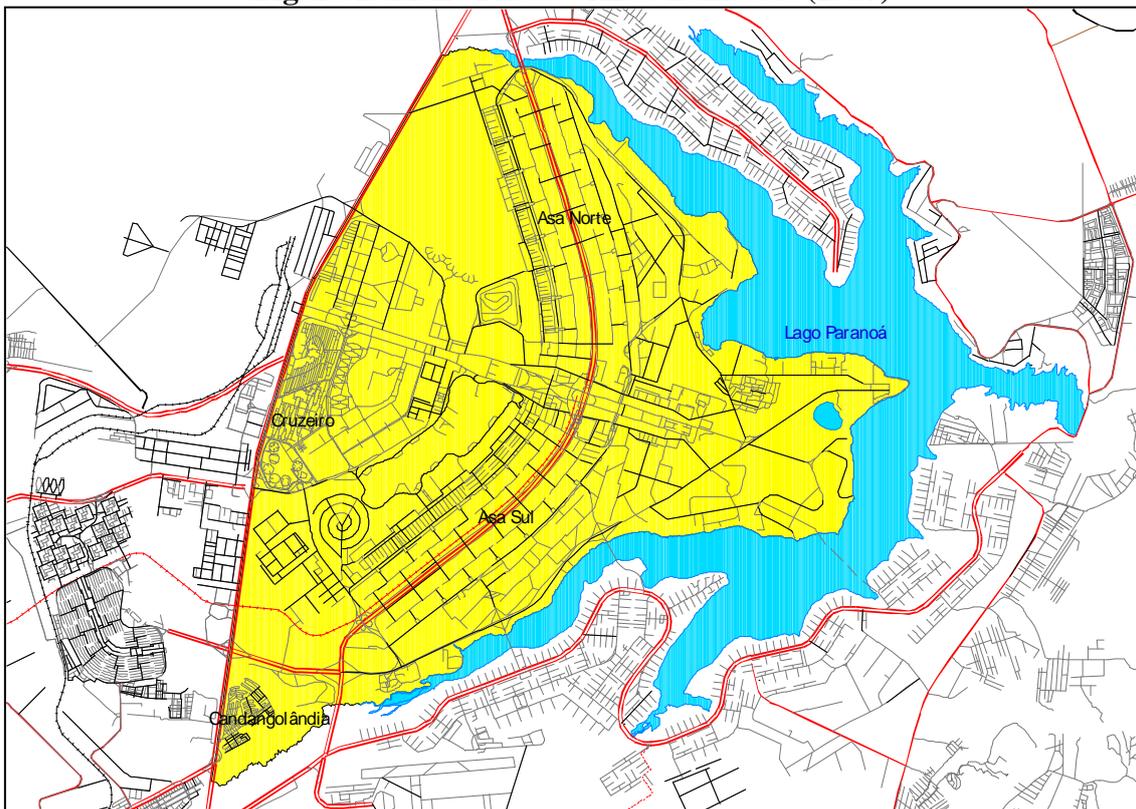
Para enfrentar a situação de irregularidade que se implantou em Brasília neste período, o governo do Distrito Federal buscou ampliar o espaço urbano, criando expansões nas cidades-satélites e urbanizando áreas invadidas, caso de invasões na Vila Metropolitana, Candangolândia, Paranoá, Guará e Gama. Objetivando preservar o Plano Piloto, solicitou-se ao urbanista Lúcio Costa um estudo sobre a expansão urbana no Distrito Federal. Lúcio Costa elaborou um documento denominado *Brasília Revisitada*, que propunha complementações ao Plano Piloto (Setor Sudoeste, Áreas Octogonais) e autorizava o adensamento dentro da bacia hidrográfica do lago Paranoá.

Houve a delimitação da área denominada Plano Piloto de Brasília, que foi considerada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987. Como parte do processo

⁸ Codeplan apud Governo do Distrito Federal 1992 (b).

de inscrição de Brasília na lista da UNESCO houve a necessidade de salvaguardar por lei nacional específica de preservação o bem patrimonial, para tanto, Plano Piloto foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional diretamente ligado ao Ministério da Cultura, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O tombamento do Plano Piloto de um lado contribuiu para a preservação de aspectos visíveis do projeto original de Brasília (as escalas monumental, residencial, gregária e bucólica), por outro, intensificou o altíssimo preço dos imóveis no Plano Piloto criando entraves a ocupação urbana dentro deste perímetro. Em *Brasília Revisitada*, não foi considerado o Distrito Federal como um todo e as suas relações com o Entorno. O enfoque foi apenas ao Plano Piloto enquanto monumento histórico. (vide figura 1)

Figura 1: Plano Piloto – Área Tombada (1987)



Fonte: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/ Seduh, 2004. (meio digital para ambas as figuras)

Conclusões

A implantação de Brasília valorizou as terras adjacentes ao quadrilátero do Distrito Federal. As terras rurais do Entorno foram parceladas para serem vendidas ou

estocadas como grandes loteamentos urbanos, a exemplo de outras grandes cidades brasileiras. Este tipo de empreendimento foi fruto de pequenos e grandes capitais privados, ou seja, enquanto que o Plano Piloto e cidades-satélites foram desdobramentos de investimentos públicos, a produção do espaço urbano no Entorno é eminentemente privada. A expansão de loteamentos *periféricos* nos municípios goianos de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás permitem considerar como irreversível o processo de expansão urbana no Entorno do Distrito Federal. Por sua condição de subúrbios-dormitórios esses municípios e mais dezenove outros são considerados parte da RIDE- Região de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e Entorno.

Estas *periferias* apresentam um aspecto peculiar, enquanto em outras grandes cidades brasileiras, a exemplo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte entre outras, as periferias são utilizadas também como distritos industriais, no caso específico de Brasília, as periferias cumprem apenas a função estritamente residencial. A geração de empregos não está nas *periferias*, mas concentra-se no *centro* do aglomerado (Plano Piloto). Este modelo clássico centro-periferia começa a apresentar sinais de reorganização, como pode ser observado no mapa 6 que localiza as áreas de desenvolvimento econômico – ADE's.

A política de incentivos fiscais desenvolvida pelo Governo do Distrito Federal a partir de 2002 criou uma série de áreas industriais e serviços (ADE's) de pequeno e médio porte distribuídas pelo Distrito Federal, além do comércio e serviços que se destacam nas regiões administrativas do Guará, Taguatinga e Ceilândia. Mas apesar de todas estas transformações, o Plano Piloto continua sendo o grande pólo gerador de empregos.

A população do Entorno exerce forte pressão na infra-estrutura disponível no Distrito Federal e na disputa do mercado de trabalho. Já que as oportunidades de geração de emprego nos municípios vizinhos é mínima ou inexistente, caracteriza-se uma forte relação de dependência entre o *centro e a periferia*.

A infra-estrutura disponível nos municípios do Entorno, condição essencial ao desenvolvimento econômico e social, é insuficiente nos aspectos qualitativo e quantitativo, funcionando como um contrapeso ao desenvolvimento. A economia destes municípios não tem contribuído de forma a elevar o padrão sócio-econômico e a melhorar o quadro social do aglomerado urbano de Brasília.

A região do Entorno do Distrito Federal sempre foi alvo de preocupações quanto ao seu crescimento e à sua articulação com o próprio Distrito Federal. Nos anos posteriores à construção de Brasília, o governo federal ficou com a responsabilidade de controlar a expansão urbana dos núcleos urbanos adjacentes à Brasília, com a intenção de proteger o núcleo central do adensamento provocado pelos fluxos migratórios direcionados à nova capital. Programas como o Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal/ Planidro; Programa Especial para a Região Geoeconômica de Brasília/ Pergeb; Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília/ Amab, Secretaria Especial de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno (IPEA, 2001) não conseguiram articular um grande projeto de desenvolvimento e superasse as desigualdades regionais.

Um dos aspectos a serem levados em consideração dentro de um prisma crítico de observação é a fraca estruturação econômica dos municípios do Entorno, tradicionalmente apoiados na pecuária extensiva e na produção agrícola. A agricultura apesar de toda a modernização não é capaz de gerar e absorver grandes contingentes de mão-de-obra migrante de baixa qualificação. Portanto, esta população busca as cidades e as ocupações nelas oferecidas para garantir a sobrevivência.

Mesmo com toda a articulação do discurso desenvolvimentista levado a frente pelos governos locais, deve-se observar que existem grandes bolsões de pobreza em formação. A segregação sócio-espacial discutida por PAVIANI (1991 e 1996) materializa-se na atualidade expulsando população para os municípios do Entorno. Diante desta situação, deve-se considerar a complexidade de tipologias urbanas encontradas nos municípios do Entorno, existindo, desde cidades centenárias originadas no século XVIII, a outras surgidas recentemente, pelos loteamentos regulares e irregulares implantados às margens das rodovias que interligam o Distrito Federal as diversas regiões brasileiras.

Alguns destes municípios são total ou parcialmente dependentes do Distrito Federal. Outros apresentam possibilidades de desenvolvimento com base local ou são alvo de programas de desenvolvimento. O que devemos considerar é o leque de possibilidades destes municípios em relação ao desenvolvimento regional. Espera-se que este trabalho possa contribuir de forma significativa na compreensão do fenômeno e no avanço da discussão sobre a questão do saneamento ambiental e da configuração dos territórios de tensão no Brasil.

Bibliografia

AGUIAR, Tereza Coni [et al]. *O Entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental*. [s.l]: [s.n], 1994.

BERTOLINI, Valéria Andrade. *Ocupando o cerrado: avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no Entorno do Distrito Federal*. 2005. 183 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

CAMPOS, Humberto de. *Subsídios para uma política de desenvolvimento para o Entorno do distrito federal*. Brasília: CODEPLAN, 1988.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana /IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *Indicadores de Desigualdade Social no Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN: NEP, 2007. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000192.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *Síntese de Informações Socioeconômicas, 2008*. Brasília: CODEPLAN, 2008. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000327.pdf>>. Acesso em 11 mai. 2010.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. *[Atlas] Estudo das potencialidades dos municípios da região geoeconômica de Brasília: Aspectos físicos e socioeconômicos*. Brasília 1980.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Subsecretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno. *Desenvolvimento sustentável e solidário em parceria do Distrito Federal e do Entorno*. Brasília: SUADE 1996.

Saneamento Ambiental na RIDE DF e a configuração dos territórios de tensão

Fernando Luiz Araújo Sobrinho; Carlos Frederico de Oliveira; Luana M. Weyl; Tiago Fernandes Rufo

IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. *Regiões de influência das cidades*: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MOTTA, Diana Meirelles da (Coord.); IPEA; USP; INFURB; UNB; UFRJ. *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano*: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro. Brasília: IPEA, 2002.

PAVIANI, Aldo (Coord.); UNB. *A conquista da cidade*: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

PAVIANI, Aldo. *Mobilidade intra-urbana e organização espacial*: o caso de Brasília. Brasília: [s.n.], 1976.